

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO nº _____ de 2019

(Do Sr. José Ricardo)

*Requer a convocação do Sr. Tarcísio de Freitas,
Ministro da Infraestrutura, para comparecer à CINDRA
a fim de prestar esclarecimentos acerca do programa de
privatização de aeroportos no Brasil.*

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam adotadas as providências necessárias para a convocação do Sr. Tarcísio de Freitas, Ministro da Infraestrutura, para comparecer a esta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) a fim de prestar esclarecimentos acerca do programa de privatização de aeroportos no Brasil, com ênfase nos resultados do leilão de 12 aeroportos ocorrido no último dia 15 de março de 2019, bem como do processo de privatizações dos aeroportos e terminais de carga da região norte.

JUSTIFICAÇÃO

Preliminarmente, é de se considerar que estamos no início do mandato de um novo governo federal conjugado com o início de uma nova Legislatura na Câmara dos Deputados. Isso requer sejam esclarecidos alguns pontos relevantes das novas políticas públicas a fim de que o Parlamento possa bem cumprir as funções que lhe são constitucionalmente atribuídas.

Depois, atente-se para o que foi publicado no site do Planalto, onde se registra que o Presidente da República destacou por meio de redes sociais o que teria sido o sucesso do leilão de 12 aeroportos das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste,

evento este realizado no último dia 15/03. Comemorou o fato de o valor inicial proposto ter sido de R\$ 218,7 milhões e o valor arrecadado, de R\$ 2,37 bilhões, representando um “valor 10 vezes maior, que será pago à vista. É o Brasil voltando a crescer! Grande vitória!”, afirmou. Tal resultado demonstraria, segundo o Presidente, “a conquista da confiança no País”.

Ainda segundo a mesma fonte, "o leilão de três blocos de aeroportos feito pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) atraiu o investimento de R\$ 4,2 bilhões para o país, ao longo de 30 anos, prazo de concessão estabelecido. Desse total, R\$ 2,3 bilhões, incluindo o lance mínimo e o ágio ofertado, serão pagos na assinatura do contrato. Ao todo, os 12 aeroportos leiloados nesta quinta rodada do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) representam quase 10% do mercado doméstico e têm movimentação de 20 milhões de passageiros por ano".

Ora, se se pensa que o alegado investimento será ao longo de 30 anos, é provável que não se justifique uma manifestação presidencial assim tão eufórica. Convenhamos que tal cifra está muito aquém do que se poderia considerar satisfatório no âmbito aeroportuário. Lembre-se ainda que a própria Infraero manifestou preocupação com o risco de as concessões em bloco levar os futuros operadores a priorizar os aeroportos lucrativos e relegar os que são deficitários a um estado de penúria. A propósito, no leilão de 2017 realizou-se a transferência de quatro unidades lucrativas à iniciativa privada, nas quais a Infraero obteve um lucro operacional de R\$ 370 milhões. Trata-se aqui dos aeroportos de Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis. Já no último leilão, foram privatizados os seguintes aeroportos: Aracaju (SE), Campina Grande (PB), João Pessoa (PB), Juazeiro do Norte (CE), Maceió (AL), Recife (PE), Alta Floresta (MT), Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT), Sinop (MT), Macaé (RJ) e Vitória (ES).

Mesmo para os que concordem que a administração de aeroportos possa ser concedida à iniciativa privada, uma operação típica de mercado teria de pelo menos recuperar os investimentos efetuados. Quanto a este ponto, registre-se que – segundo levantamento do TCU – o Brasil investiu R\$ 6,2 bilhões em aeroportos para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Eis por que consideramos importante convocar o Sr. Ministro para que possamos pôr a limpo estas contas que parecem, a princípio não fechar. Será uma oportunidade para que ele nos esclareça os meandros dessa iniciativa do atual governo e - quiçá - possa até mesmo nos convencer da sua justeza e viabilidade.

Em relação ao processo de privatização dos aeroportos e terminais de carga da região norte e em especial do Amazonas, cabe salientar que o aeroporto de Manaus representa para a região o grande elo de integração com o resto do Brasil e do mundo, considerado uma das principais portas de entrada da Região Amazônica, em virtude da dificuldade existente nas outras vias de transporte, a terrestre e a fluvial. Para viabilizar a construção do aeroporto, três aspectos importantes foram levados em consideração: a economia amazônica, o crescente turismo regional e a segurança nacional.

O aeroporto internacional de Manaus está localizado a 15 km do centro da cidade e movimenta, diariamente, uma média de 9.020 passageiros, 134 voos e 336.930 kg de carga aérea. Os funcionários das empresas que operam o sistema aeroportuário representam uma população fixa de 4.524 pessoas.

Inaugurado em 26 de março de 1976, foi o primeiro aeroporto da rede Infraero a ter pontes de embarque e todo sistema automatizado, fazendo com que se tornasse o mais moderno do país na época. Com uma área de 14 quilômetros quadrados, o complexo aeroportuário conta com dois terminais de passageiros, um para atender a aviação regular e outro, a aviação regional. Também dispõe de um complexo de logística de carga, que foi implantado em três etapas, sendo o Terminal de Logística 1, inaugurado em 1976, o Terminal de Logística 2, em 1980 e o Terminal de Logística 3, em 2004.

A privatização do Teca irá tirar recursos da Infraero, tornando-a ainda mais frágil financeiramente para investir nos terminais deficitários, mas com papel essencial para o povo do país.

Segundo dados do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (SINA), o Terminal de Logística de Carga de Manaus arrecada hoje, em receita líquida, cerca de 9 milhões de reais mensais. A licitação que vem sendo encaminhada pela Infraero, prevê o pagamento mensal de 4 milhões de reais à estatal como contrapartida pela exploração do Teca. Ou seja, a Infraero vai deixar de arrecadar 5 milhões de reais por mês. A quem interessa esse negócio?

Ainda de acordo com o SINA, a Empresa Pública diz que a iniciativa é uma oportunidade para ampliar seu portfólio de serviços e parcerias privadas. Faz sentido perder dinheiro público para isso? Não, e é nessa lógica que o governo quer privatizar, se puder todos os equipamentos superavitários da Infraero. Uma lógica que afronta a sociedade e a democracia.

O Sindicato Nacional dos Aeroportuários está denunciando essa licitação ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União e à Ordem dos Advogados do Brasil.

A Aviação Civil é a porta de entrada para o povo do Norte do país e para os produtos importados e exportados do Pólo Industrial de Manaus. Não podemos deixar que o Teca seja privatizado e suas tarifas majoradas em mais de 40%, como aconteceu no Teca de Viracopos-SP. É o povo amazonense que será o maior prejudicado.

Para orientar a intervenção do Sr. Ministro, importante pontuar que compete à CINDRA tratar, dentre outros, dos assuntos atinentes ao desenvolvimento e integração de regiões, aos planos regionais de desenvolvimento econômico e social, além, incentivos regionais, além daqueles que sejam de interesse federal nos Municípios, Estados, Territórios e no Distrito Federal. Claro está que o transporte aéreo se insere neste escopo, donde se destaca a preocupação em revitalizar o transporte aéreo regional.

Finalmente, consideramos que as informações aqui solicitadas constituem inestimável subsídio para atuação dos membros deste Colegiado, seja na correção de rumos do que eventualmente seja considerado em desconformidade com os desígnios do desenvolvimento regional ou mesmo no aperfeiçoamento de ações que se considerem meritórias. Dada, portanto, a importância do que aqui se propõe, esperamos poder contar com o indispensável apoio dos caros colegas.

Sala das Sessões, 27 de março de 2019.

Deputado José Ricardo

PT/AM